A primeira tem por objecto uma dada interpretação dos artigos 215.º, n.º 3, e 216.º do Código de Processo Penal, segundo a qual a realização de perícias a personalidade do arguido cuja realização se afigure demorada e complexa pode fundamentar a declaração de especial complexidade a que se refere o n.º 3 do artigo 215.º do Código de Processo Penal, com o consequente prolongamento do prazo de prisão preventiva, em detrimento da suspensão a que se refere o artigo 216.º do Código de Processo Penal.

A segunda questão tem por objecto o mesmo artigo 215.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, interpretado no sentido de a promoção do Ministério Público para que seja declarada a especial complexidade do processo não ter de ser comunicada à defesa a fim de esta se pronunciar sobre a mesma.

No entanto, nas alegações apresentadas, esta segunda questão não é, expressa ou implicitamente, referida. Deverá concluir-se que foi abandonada pelo recorrente, não se tomando, consequentemente, conhecimento de tal questão (cf., neste sentido, de entre outros, os Acórdãos n.ºs 286/2000, 122/2003 e 468/2004, todos em www.tribunalconstitucional.pt).

Deste modo, apreciar-se-á apenas a primeira questão.

6 — A declaração de especial complexidade a que se refere o artigo 215.º, n.º 3, do Código de Processo Penal tem por consequência o prolongamento dos prazos de prisão preventiva previstos no n.º 1 do mesmo artigo.

Tal declaração, com a consequência inerente em termos de prazo de prisão preventiva, é justificada na perspectiva da lei por especiais dificuldades que a investigação, num caso concreto, possa encontrar. Essas dificuldades revelam-se, por exemplo, na investigação da criminalidade altamente organizada, com envolvimento de vários arguidos e recurso a meios sofisticados reveladores de elevada perigosidade. Em casos deste tipo, é suscitada uma ponderação entre os valores de justiça prosseguidos pela investigação e os direitos do arguido sujeito à prisão preventiva que justificará um aumento proporcionado dos prazos da prisão preventiva. Ora, não é contrário à Constituição, de acordo com um parâmetro de proporcionalidade, que nessas situações especiais um certo alargamento dos prazos se verifique. Mas não se esgotam nos casos referidos, porventura paradigmáticos, as possibilidades de aplicação do preceito em causa, podendo circunstâncias várias da investigação justificar idêntica ponderação.

Nos presentes autos, está em causa a investigação de um crime de homicídio qualificado. Considerou a defesa pertinente a realização de uma perícia com vista a averiguar a existência de um quadro de *stress* pós-traumático de guerra. A realização desse tipo de perícias sobre o estado vívido pelo agente no momento do acto pode ser muito complexa e revelar uma especial dificuldade na configuração da matéria de facto com pertinência para a questão da imputabilidade. O tribunal recorrido entendeu desse modo a situação criada, no caso concreto, pela realização da perícia, ponderando a investigação do facto do autor na sua globalidade e não aceitando, como resulta da interpretação do recorrente, que seriam as perícias em si apenas a justificar a declaração da especial complexidade.

Para o tribunal recorrido, não é a perícia, ou a sua realização, que justifica, sem mais, declarar a especial complexidade, desde logo porque, por definição, quem a realiza é uma entidade diversa do tribunal (cf. o artigo 152.º do Código de Processo Penal). No entanto, o processo em que ela é ordenada, os factos a que se refere e até a apreciação do seu resultado pelo tribunal (cf. o artigo 163.º do Código de Processo Penal) apresentam um elevado grau de dificuldade, e, só por essa via, o tribunal veio a fundamentar a declaração de especial complexidade do processo. Há, desta forma, uma apresentação desfocada pelo recorrente da relevância da perícia para a declaração de especial complexidade.

A declaração de especial complexidade com o fundamento assinalado mantém-se, assim, dentro dos parâmetros em que a Constituição pode admitir um prolongamento dos prazos de prisão preventiva.

A circunstância de o artigo 216.º do Código de Processo Penal prever precisamente a situação em que é ordenada perícia, determinando, para esses casos, a suspensão do prazo de prisão preventiva, não infirma o que se deixa dito.

O que fundamenta aquela suspensão e o que fundamenta a especial complexidade são razões distintas. A suspensão apenas decorre da necessidade de as perícias não serem em causa, pelo decurso dos prazos, as razões justificativas da prisão preventiva. A declaração de especial complexidade depende já da configuração complexa do facto que as perícias se destinam a esclarecer.

Assim, a declaração de especial complexidade decorre como se referiu, e resulta da decisão recorrida e das dificuldades de investigação do processo no qual é ordenada uma perícia requerida pela defesa.

Refira-se, a final, que a circunstância de a declaração ocorrer na 2.ª instância não é relevante para o efeito do presente juízo de não inconstitucionalidade, já que as dificuldades de um processo quanto

à caracterização e à compreensão dos factos podem manifestar-se em qualquer fase do respectivo decurso.

Improcede, portanto, o recurso de constitucionalidade.

III — **Decisão.** — 7 — Em face do exposto, o Tribunal Constitucional decide negar provimento ao recurso, confirmando a decisão recorrida.

Custas pelo recorrente, fixando-se a taxa de justiça em 20 unidades de conta.

Lisboa, 25 de Maio de 2005. — *Maria Fernanda Palma — Mário José de Araújo Torres — Benjamim Rodrigues — Paulo Mota Pinto — Rui Manuel Moura Ramos.*

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extracto) n.º 14 890/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 17 de Junho de 2005, no uso de competência delegada:

Dr. Carlos Manuel Maia Rodrigues, juiz desembargador, a exercer funções em comissão permanente de serviço no Tribunal Central Administrativo Sul — desligado do serviço para efeitos de aposentação/jubilização. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Junho de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra.*

Despacho (extracto) n.º 14 891/2005 (2.ª série). — Por deliberação do plenário do Conselho Superior da Magistratura, realizado em 30 de Maio de 2005:

Dr. Francisco Manuel Caetano, juiz desembargador, servindo em comissão de serviço ordinária como inspector judicial — renovada a mesma comissão por um novo período de três anos com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005.

Dr. Manuel de Sousa Teixeira Ribeiro, juiz desembargador, servindo em comissão de serviço ordinária como inspector judicial — renovada a mesma comissão por um novo período de três anos com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005.

Dr. António Sampaio Gomes, juiz desembargador, servindo em comissão de serviço ordinária como inspector judicial — renovada a mesma comissão por um novo período de três anos com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005.

Dr. Joaquim Maria Melo de Sousa Lima, juiz desembargador, servindo em comissão de serviço ordinária como inspector judicial — renovada a mesma comissão por um novo período de três anos com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005.

Dr. Manuel Gonçalves Ferreira, juiz desembargador, servindo em comissão de serviço ordinária como inspector judicial — renovada a mesma comissão por um novo período de três anos e com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005.

20 de Junho de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra.*

Despacho (extracto) n.º 14 892/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 22 de Junho de 2005, no uso dos poderes subdelegados (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 25 de Maio de 2005):

Dr. Agostinho Soares Torres, juiz de direito, cessada, a seu pedido, com efeitos desde 21 de Junho de 2005, a comissão de serviço que vinha exercendo, como director nacional-adjunto da Polícia Judiciária — colocado, como auxiliar, no Tribunal da Relação de Coimbra, por conveniência de serviço e até ao próximo movimento judicial, com efeitos a partir de 22 de Junho de 2005. (Posse — 5 dias.)

23 de Junho de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra.*

TRIBUNAL DE CONTAS

Secção Regional da Madeira

Aviso n.º 6534/2005 (2.ª série). — Por despacho de conselheiro director-geral do Tribunal de Contas de 20 de Junho de 2005:

Paulo Jorge da Silva Lino, técnico verificador superior principal — nomeado definitivamente, na sequência de concurso interno de acesso geral, na categoria de técnico verificador assessor, escala 1, índice 240, da carreira de técnico verificador superior do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal do Serviço de Apoio Regional da Madeira do Tribunal de Contas.

(Não carece de fiscalização prévia da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas.)

21 de Junho de 2005. — O Subdirector-Geral, *José Emídio Gonçalves*.

Aviso n.º 6535/2005 (2.ª série). — Por despacho do conselheiro director-geral do Tribunal de Contas de 20 de Junho de 2005:

Ilídio Gomes Garanito, técnico verificador principal — nomeado definitivamente, na sequência de concurso interno de acesso geral, na categoria de técnico verificador especialista, escalão 1, índice 165, da carreira de técnico verificador do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal do Serviço de Apoio Regional da Madeira do Tribunal de Contas. (Não carece de fiscalização prévia da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas.)

21 de Junho de 2005. — O Subdirector-Geral, *José Emídio Gonçalves*.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Deliberação n.º 930/2005. — O Conselho Superior do Ministério Público, na sessão de 21 de Junho de 2005, deliberou aprovar a recificação à lista de antiguidade de magistrados do Ministério Público reportada a 31 de Dezembro de 2004 e à categoria de procurador-adjunto, que se divulga em anexo.

21 de Junho de 2005. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes*.

Lista de antiguidade referente a 31 de Dezembro de 2004 Procuradores-adjuntos

Número	Nomes	Naturalidade	Data de nascimento	Tempo de serviço na categoria			Situação actual	Data da nomeação
				Anos	Meses	Dias		
1	José Manuel Mota Pinto dos Santos ...	Guimarães	1-10-1946	26	3	26	Lisboa	5-3-1993
2	Maria da Conceição Amorim Arantes Rodrigues.	Amares	20-1-1954	26	2	2	Viana do Castelo	13-12-1984
3	Rui de Campos	Porto	27-1-1955	25	4	16	Santo Tirso	17-7-1980
4	José Vaz Correia	Sabugal	10-11-1951	24	3	14	Lisboa — área de jurisdição cível.	14-9-2000
5	Maximiano Gonzaga Ruge Almeida ...	Vila Nova de Foz Côa	29-5-1949	24	3	14	Porto	30-3-1983
6	Maria da Conceição Rodrigues	Melgaço	22-2-1952	24	3	14	Ovar	27-8-1986
7	Maria do Carmo Caldeira Martins	Matosinhos	15-3-1950	24	3	14	Matosinhos	23-9-1987
8	José Mourato Carvalho	Portalegre	21-3-1956	23	8	12	Portalegre	8-1-1994
9	Maria José Teixeira dos Reis Rodrigues	Miranda do Douro ...	16-8-1956	23	3	15	Elvas	24-6-1998
10	António José de Carvalho Fernandes ...	São João Pesqueira ...	20-5-1956	22	7	14	Guimarães	25-1-1984
11	Álvaro de Lemos Fonseca e Cruz	Santa Maria da Feira	21-4-1954	22	7	14	Setúbal	14-12-1988
12	Marília João Carvalho Simão Sala	Lisboa	28-12-1956	21	11	15	Cascais	7-5-1994
13	João Manuel de Meneses e Ávila Sequeira.	Coimbra	5-9-1952	21	11	15	Porto	14-12-1988
14	Marcos Farrajota de Sousa Mariano ...	Loulé	25-4-1954	21	11	15	Seixal	14-12-1998
15	Adelaide Maria Tavares de Sousa e Abrantes.	Lisboa	15-9-1955	21	10	1	Torres Vedras	8-5-1992
16	Ana Paula Morais do Amaral Franco	Lisboa	18-5-1956	21	6	23	Lisboa — área de jurisdição criminal.	14-9-2000
17	Francisco Gonçalves Águeda Dias	Meda	12-10-1954	21	3	16	Covilhã	3-4-1986
18	Maria de Fátima Biga Camões Galhardas.	Alandroal	6-8-1953	21	3	16	Elvas	14-12-1988
19	Carlos Manuel Godinho e Santos	Guarda	2-9-1954	21	3	16	Abrantes	22-6-1988
20	Maria da Graça Mendes Fernandes	Setúbal	30-7-1956	21	3	16	Setúbal	14-12-1986
21	Maria da Conceição de Beja Pires	Lisboa	4-11-1952	21	3	16	Setúbal	30-12-1994
22	Dinis Cabral da Silva	Gouveia	28-9-1955	21	3	16	Covilhã	15-3-2003
23	Teotónio Firmino Pedroso Reis da Silva	Oleiros	14-2-1952	21	3	16	Sertã	22-5-1987
24	Adérito Gonçalves dos Santos	Cantanhede	13-9-1953	21	3	16	Ovar	14-9-2000
25	José Carlos Vieira Maia Florindo	Nisa	4-6-1959	21	3	16	Chaves	24-2-1999
26	Maria de Fátima Marques Ferreira	Oliveira de Azeméis ...	13-9-1959	21	3	8	Caldas da Rainha ...	11-3-1991
27	Luís Anselmo Vieira Ribeiro Soares ...	Marco de Canaveses ...	7-9-1954	21	3	8	Oliveira de Azeméis ...	28-4-1990
28	Jorge Manuel Martins Casaca	Lisboa	7-11-1955	21	3	8	Braga	17-9-2002
29	Maria Julieta Rodrigues da Silva França	Miranda do Douro ...	22-8-1957	21	3	8	Vila do Conde	13-3-1991
30	Maria Clara Pedra Serras Delgado Valente.	Abrantes	2-7-1957	21	2	18	Santarém	7-12-1989
31	Carlos Manuel de Sousa Pereira	Moçambique	22-1-1959	20	3	9	Olhão	21-6-2004
32	José Augusto Hilário Rodrigues	Alcobaça	14-3-1957	20	3	9	Loures	15-6-2001
33	Jorge Manuel Costa Dias Mariano	Lisboa	10-12-1959	20	3	9	Leiria	14-12-1988
34	Rui de Matos Cavaco	Abrantes	10-4-1955	20	3	9	Cascais	15-6-2001
35	Madalena Maria Correia Mota de Andrade.	Barcelos	15-11-1956	20	3	9	Porto, DIAP	22-6-1991
36	Rosalina da Conceição Barreto Gonçalves.	Castelo Branco	20-11-1958	20	3	9	Braga	8-1-1994
37	Luísa Isabel Vieira Verdasca Sobral Matias Pinto.	Vila Nova de Ourém	6-10-1959	20	3	9	CEJ	15-9-2004
38	Carlos David Antunes de Andrade Batista.	Sabugal	20-1-1960	20	3	9	Leiria	14-2-1989
39	Maria Filomena Manso Agostinho	Proença-a-Nova	3-6-1958	20	3	9	Lisboa — área de jurisdição cível.	14-9-2000
40	Maria Ester Areosa Antunes Pereira	Lisboa	1-8-1959	20	3	9	Lisboa, cíveis	7-12-1989
41	José António Barradas Fonte Santa ...	Évora	4-1-1959	20	3	9	Cascais	17-9-2001
42	Armando José Morais Lousada	Portalegre	20-5-1957	20	3	9	Estremoz	14-2-1989